



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002432-67.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**
 Requerente: **Ednaldo Carvalho de Melo**
 Requerido: **Manoel Pereira da Costa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido ao réu um automóvel, recebendo como parte do pagamento uma motocicleta e o restante em notas promissórias.

Alegou ainda que vendeu posteriormente a motocicleta, mas a pessoa que a comprou veio a saber da existência de débitos a título de IPVA, DPVAT e multas que tiveram origem quando ela pertencia ao réu.

Salientou que a motocicleta também apresentou problemas mecânicos, bem como que o réu não quitou integralmente a dívida representada pelas mencionadas notas promissórias.

O réu em contestação ressaltou ter feito acordo com o autor, entregando-lhe um aparelho de som para saldar o débito que permanecia a seu cargo em decorrência da transação trazida à colação.

Não fez prova alguma a esse respeito, porém, além de não demonstrar interesse pelo alargamento da dilação probatória (fls. 19 e 25).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já o documento de fl. 07 evidencia que os valores em aberto decorrentes de IPVA, DPVAT e multas relativas à motocicleta tiveram origem quando ela ainda era de propriedade do réu.

É dele, portanto, a responsabilidade em efetuar o pagamento correspondente.

Por fim, comprovou-se a fl. 06 a necessidade de troca de várias peças nessa mesma motocicleta sem que o réu amealhasse elemento concreto que o eximisse do dever de arcar com o custo daí derivado.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, patenteada a existência da dívida descrita na petição inicial.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.244,55, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**